

301 – ANALISTA JURÍDICO

LÍNGUA PORTUGUESA

01) O cartaz apresentado abaixo, parte da campanha Proteja Nossas Crianças do Governo de Minas por meio do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, faz uso de um recurso linguístico como forma de impactar o interlocutor. Em que consiste esse recurso?



- (A) Consiste no emprego da palavra pena em dois sentidos: 1) sentimento de piedade; compaixão; 2) sanção aplicada como punição, castigo, condenação; com o objetivo de levar o leitor a se solidarizar com as vítimas da exploração sexual de crianças e adolescentes e a se conscientizar de que esse ato é um ato criminoso, que deve ser punido com a prisão, de acordo com as leis vigentes.
- (B) Consiste na antonímia, no emprego de duas palavras que, embora possuam escrita igual, têm sentidos opostos.
- (C) Consiste na paronímia, na utilização de palavras que apresentam pronúncia e grafia parecidas, mas significados diferentes.
- (D) Consiste no emprego de palavras que apresentam sentidos próximos e que são muito usadas na construção de textos para manter o assunto e evitar repetições desnecessárias.

02) Há palavras que, por apresentarem pronúncia e grafia iguais ou parecidas, podem causar dúvidas quanto ao seu emprego. Com relação a isso, escolha, para completar as frases abaixo, as palavras adequadas ao contexto em que estão inseridas.

Aquele homem _____ as leis de trânsito ao conduzir de maneira agressiva.

Quero muito que elas _____ logo para o exterior. A experiência será inesquecível.

A família quer _____ seu Antônio de pão-duro, mas ele é apenas controlado.

Minha casa fica _____ trinta minutos do centro da cidade.

- (A) infligiu / viagem / taxar / a
(B) infringiu / viagem / tachar / há
(C) infligiu / viagem / taxar / há
(D) infringiu / viagem / tachar / a

03) A concordância nominal e a concordância verbal são prescritas pela norma-padrão da língua. Em apenas uma das frases a seguir a concordância obedeceu a essa norma. Indique-a.

- (A) É necessária sua presença.
(B) Já é cinco horas da manhã e eu nem consegui dormir.
(C) Envio anexo os formulários para o seu preenchimento e devolução.
(D) *Os cafajestes*, do cineasta Ruy Guerra, se destacam como clássico do Cinema Novo.

04) Sabendo que Regência é a relação de dependência entre duas palavras em uma construção linguística e que a palavra regida complementa a outra, a palavra regente, assinale a única opção em que a regência, nominal ou verbal, NÃO obedece à norma-padrão.

- (A) Elas visam à presidência da empresa.
(B) Todos foram afáveis para com os novos vizinhos.
(C) Aqueles homens aspiram a presidência.
(D) Tenho medo de tempestades com raios.

05) A frase principal usada na Campanha lançada pelo Ministério da Justiça e o UNODC de Combate ao Tráfico Internacional de Seres Humanos 2007 – “Se alguém oferecer casa, comida e roupa lavada no exterior, desconfie.” constitui um período composto, isto é, com mais de uma oração, neste caso duas orações. Analisando a relação sintática que essas orações mantêm entre si, NÃO há, na Gramática Normativa, base para o que se encontra em:



- (A) A 1ª oração expressa uma hipótese ou condição para que o fato apresentado na 2ª oração aconteça.
- (B) A 1ª oração funciona como sujeito da 2ª oração e desempenha a função de um substantivo.
- (C) Há uma dependência sintática entre a oração principal e a oração subordinada.
- (D) A 1ª oração é iniciada por conjunção.

06) A acentuação gráfica das palavras precisa obedecer às regras vigentes. Após analisar as palavras acentuadas destacadas nas frases abaixo, marque a opção que apresenta a consideração CORRETA.

- I - Ele não pôde ir à aula de dança porque estava doente.
- II - As palavras aeroespacial e afrodescendente não devem levar hífens.
- III - As represas retêm as águas dos rios.

- (A) Somente a palavra destacada no item I deve ser acentuada.
- (B) Somente a palavra destacada no item II deve ser acentuada.
- (C) O acento na palavra destacada no item III deve ser o acento agudo.
- (D) As palavras destacadas nos itens I e III estão acentuadas conforme as regras.

Texto para as questões 07 e 08

Grandes transformações na civilização estão intimamente ligadas ao desenvolvimento de materiais. Basta nos lembrarmos, por exemplo, do bronze, do ferro, do plástico e do silício. Cada um deles, a seu modo e em sua época, trouxe bem-estar para as populações e riqueza para as nações. Hoje, o desenvolvimento de novos materiais vive um novo paradigma, baseado na integração da ciência de dados a diversos campos de pesquisa. Qualquer país que queira aproveitar as vantagens econômicas e sociais que advêm dos novos materiais deve estar atento a essa nova forma de fazer ciência.

Trecho disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/o-paradigma-que-nasce-da-ciencia-intensiva-de-dados/>

07) Quanto ao emprego da vírgula no texto acima, assinale a opção INCORRETA.

- (A) No segmento “do bronze, do ferro, do plástico e do silício”, empregaram-se as vírgulas para separar termos coordenados.
- (B) As vírgulas em “Cada um deles, a seu modo e em sua época,” foram usadas para separar uma oração adjetiva de valor explicativo.
- (C) Em “Basta nos lembrarmos, por exemplo,” as vírgulas foram empregadas para separar uma expressão explicativa.
- (D) Em “Hoje, o desenvolvimento de novos materiais”, usou-se a vírgula para separar um adjunto adverbial precedente ao verbo.

08) Com relação à análise sintática dos termos e orações que compõem o texto, está INCORRETO o que se afirma em:

- (A) “Grandes transformações na civilização” é sujeito da forma verbal “estão”.
- (B) “que queira aproveitar as vantagens econômicas e sociais” é uma oração adjetiva explicativa.
- (C) “bem-estar” é um complemento direto da forma verbal “trouxe”.
- (D) “ligadas” é núcleo do predicativo do sujeito.

09) Qual das opções preenche CORRETAMENTE as frases a seguir?

O mundo estaria bem melhor se os afetos se _____ à discórdia.

O professor não _____ na discussão dos alunos. Se o proprietário do imóvel _____ a palavra, logo nos mudaremos.

- (A) sobrepossem / entreviu / manter
- (B) sobrepusessem / entreviu / manter
- (C) sobrepusessem / interveio / mantiver
- (D) sobrepossem / interveio / mantiver

10) Neste trecho de poema de Dante Milano, observa-se a presença marcante da figura de linguagem denominada:

Uma coisa branca.
Doce e profunda,

Nesta noite funda,
Fria e sem Deus.

- (A) Sinestesia
- (B) Paradoxo
- (C) Personificação
- (D) Metonímia

CONHECIMENTOS MATEMÁTICOS

11) Em uma sala há 6 cadeiras e 3 pessoas. O número máximo de maneiras distintas como essas pessoas poderão sentar-se nas cadeiras (cada pessoa em uma cadeira, restando 3 cadeiras desocupadas) é:

- (A) 120 maneiras
- (B) 90 maneiras
- (C) 20 maneiras
- (D) 6 maneiras

12) Observe as seguintes proposições verdadeiras:

- I - Eduardo e Bruno são irmãos.
- II - Eduardo mora em Seropédica.
- III - Bruno tem 34 anos.

Considerando as proposições dadas, o único condicional falso é:

- (A) Se Eduardo e Bruno não são irmãos, então Bruno não tem 34 anos.
- (B) Se Eduardo mora em Seropédica, então Eduardo e Bruno são irmãos.
- (C) Se Bruno tem 34 anos, então Eduardo não mora em Seropédica.
- (D) Se Eduardo e Bruno não são irmãos, então Eduardo mora em Seropédica.

13) Uma moeda será lançada 6 vezes. Considerando que, nessa moeda, a face com a imagem de um rosto será chamada de "cara" e a face com um número será a "coroa", a probabilidade de que, após os 6 lançamentos, seja observada a face "cara" voltada para cima mais do que duas vezes é de:

- (A) $\frac{5}{16}$
- (B) $\frac{15}{64}$
- (C) $\frac{3}{64}$
- (D) $\frac{21}{32}$

14) Um capital foi aplicado a uma taxa mensal sob um regime de juros simples. Logo, esse capital quadruplicará em 10 meses, se essa taxa mensal for de:

- (A) 25%
- (B) 30%
- (C) 35%
- (D) 40%

15) A tabela seguinte representa o número de clientes atendidos por Rute nos primeiros nove dias do mês de setembro:

Dia	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Número de clientes	3	5	2	1	3	4	6	9	3

O desvio-padrão do número de clientes atendidos por Rute no período total considerado é de, aproximadamente:

- (A) $\sqrt{1,8}$
- (B) $\sqrt{5,1}$
- (C) $\sqrt{9,4}$
- (D) $2\sqrt{2}$

INFORMÁTICA

16) O modo em que o Windows é iniciado em um estado básico, usando um conjunto limitado de arquivos e drivers chama-se:

- (A) Modo de Compatibilidade
- (B) Modo de Restauração
- (C) Modo de Baixo Desempenho
- (D) Modo de Segurança

17) Qual comando do teclado bloqueia a tela no Windows?

- (A) Ctrl + L
- (B) Windows + L
- (C) Alt + F4
- (D) Windows + D

18) O que é um driver de impressora?

- (A) Um programa que controla as funções da impressora, além de fornecer comunicação com o micro.
- (B) Um cabo usado para conectar a impressora ao computador.
- (C) O botão usado para iniciar uma impressão.
- (D) Um tipo de papel específico para impressão.

19) Ao formular um e-mail dentro do Outlook, possui o Campo de preenchimento não obrigatório "CC" e "CCO", que corresponde respectivamente a:

- (A) Remetente e Destinatário
- (B) Remetente e Assunto
- (C) com Cópia e com Cópia Oculta
- (D) Destinatário e Assunto oculto

20) Onde ficam armazenados os dados de perfis no Windows?

- (A) C:\Program Files
- (B) C:\Windows\System32
- (C) C:\Users\[Nome do Usuário]
- (D) C:\Windows\Temp

21) Onde você pode verificar o uso da CPU e da memória no Windows?

- (A) no Gerenciador de Tarefas
- (B) no Painel de Controle
- (C) nas Configurações do sistema
- (D) no Editor de Registro

22) João recebe e-mails importantes de seu supervisor imediato e deseja que, ao recebê-los em sua caixa de entrada, eles sejam encaminhados automaticamente para a pasta "Supervisão". Essa ação é possível dentro do Outlook?

- (A) Não, o usuário deve mover manualmente.
- (B) Não é possível realizar essa configuração dentro do Outlook.
- (C) Não, pois o Outlook não permite mover nenhum tipo de e-mail entre pastas.
- (D) Sim, a configuração pode ser realizada com a criação de uma regra.

23) Qual comando é utilizado para excluir arquivos do computador em definitivo, sem que sejam enviados para a lixeira?

- (A) Tecla Delete
- (B) Teclas Shift + Delete
- (C) Teclas Backspace + Delete
- (D) Teclas Ctrl + Shift + Delete

24) No Windows, qual programa é aberto ao executar o comando de teclas **Windows + E**:

- (A) o Navegador Edge
- (B) o Explorador de Arquivos
- (C) o Editor do Registro do Windows
- (D) o Gerenciador de Tarefas

25) No Microsoft Word 2016, a configuração de Margens pode ser realizada através de qual aba?

- (A) Layout
- (B) Inserir
- (C) Design
- (D) Página Inicial

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

26) Marque a opção CORRETA, nos termos do Estatuto do Servidor do Município de Seropédica/RJ.

- (A) O regime jurídico dos servidores públicos do município de Seropédica é o estatutário, instituído por Lei, ao passo que o regime jurídico das Autarquias e Fundações Públicas do município de Seropédica é o celetista, regulado pela CLT.
- (B) É proibido o exercício gratuito dos cargos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
- (C) Para os efeitos do Estatuto do Servidor do Município de Seropédica/RJ, servidores são funcionários legalmente investidos em cargos públicos, de provimento efetivo, apenas.
- (D) São requisitos básicos para ingresso no serviço público: a nacionalidade brasileira; o gozo dos direitos políticos; a quitação com as obrigações militares e eleitorais. Isso posto, as atribuições do cargo não podem justificar a exigência de outros requisitos, além desses estabelecidos em lei.

27) Nos termos da Legislação Municipal nº 786/2022, são órgãos colegiados do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI, responsáveis pela gestão, administração e fiscalização, EXCETO:

- (A) Conselho de Administração
- (B) Conselho Fiscal
- (C) Diretoria Executiva
- (D) Procuradoria Previdenciária

28) Sabe-se que a Instrução Normativa nº 01, de 16 de junho de 2021, instituiu o Relatório de Governança Corporativa do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI. Com base na referida Instrução Normativa, marque a opção INCORRETA.

- (A) O Relatório de Governança Corporativa é um instrumento de transparência e prestação de contas da gestão, elaborado anualmente pela Diretoria Executiva.
- (B) O Relatório de Governança Corporativa possui a obrigatoriedade de conter determinadas informações específicas, dispostas na Instrução Normativa nº 01/2021, sendo vedado conter dados dos segurados, em virtude da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- (C) Após a Diretoria Executiva apresentar o Relatório ao Conselho Fiscal, esse Conselho terá o prazo de trinta dias para emissão de parecer.
- (D) Após a votação do Relatório, a Diretoria Executiva deverá disponibilizar o documento de forma física em sua sede para consulta do público em geral; disponibilizar o documento no sítio eletrônico do SEROPREVI; e realizar, até 30 de junho, Audiência Pública com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo), entidades sindicais e a sociedade civil para exposição e debates.

29) Considerando a disposição normativa da Lei Orgânica do Município de Seropédica/RJ, referente à criação e/ou autorização de empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas, marque a opção CORRETA.

- (A) Os referidos entes deverão ser criados e/ou autorizados somente por lei específica, votada, em dois turnos, com interstício de 5 (cinco) dias, por maioria de 2/3 (dois terços).
- (B) Os referidos entes poderão ser criados e/ou autorizados por Decreto específico.
- (C) Os referidos entes deverão ser criados e/ou autorizados somente por lei, ainda que trate de outros temas, desde que votada, em dois turnos, por maioria simples.
- (D) Os referidos entes poderão ser criados e/ou autorizados por lei ou Resolução, desde que votada em dois turnos.

30) A Lei Orgânica do Município de Seropédica/RJ dispõe que a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo é

- (A) autorizada.
- (B) autorizada nos casos de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança e vedadas nos casos de vantagens decorrentes de cargo em comissão.
- (C) vedada nos casos de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança e autorizadas nos casos de vantagens decorrentes de cargo em comissão.
- (D) vedada.

31) Sobre o tema “Readaptação”, conforme disposto no Estatuto do Servidor do Município de Seropédica/RJ, marque a opção CORRETA.

- (A) Readaptação é a investidura do funcionário em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- (B) Se julgado incapaz para o serviço público, o funcionário será readaptado.
- (C) A readaptação, em regra, será efetivada em cargo de carreira de atribuições afins, independente da habilitação exigida. E, excepcionalmente, será efetivada em cargo de carreira com atribuição diversa, respeitada, neste caso, a habilitação exigida.
- (D) Em qualquer hipótese, a readaptação não poderá acarretar redução da remuneração do funcionário, permitindo-se apenas o aumento.

32) Sobre o tema “Reversão”, conforme disposto no Estatuto do Servidor do Município de Seropédica/RJ, marque a opção INCORRETA.

- (A) A Reversão é o retorno à atividade, de funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.
- (B) Reversão é uma das formas de provimento em cargo público.
- (C) A Reversão é a reintegração do funcionário no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- (D) A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação.

33) Sobre a temática da Aposentadoria, considerando o disciplinado no Estatuto do Servidor do Município de Seropédica/RJ, marque a opção CORRETA.

- (A) O recebimento indevido de benefício havido por fraude, dolo ou má fé implicará devolução ao Erário do total auferido, devidamente atualizado, sem prejuízo da ação penal cabível.
- (B) O recebimento indevido de benefício havido por fraude, dolo ou culpa e má fé implicará devolução ao Erário do total auferido, devidamente atualizado. Caso não haja a restituição total do dano ao erário, ensejará a ação penal cabível.
- (C) A Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro disporá sobre a aposentadoria em cargo ou emprego temporário dos Município de Seropédica.
- (D) É vedado ao Município editar lei municipal dispondo sobre aposentadoria em cargo ou emprego temporário.

34) A Lei Municipal nº 786/2022 trata, entre outros temas, dos “recursos administrativos”, no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI. Considerando as disposições acerca desses recursos, marque a opção INCORRETA.

- (A) Das decisões administrativas caberá recurso em face de razões de legalidade, nunca de mérito.
- (B) Os recursos obedecerão às seguintes instâncias administrativas, sob pena de serem inadmitidos, a critério do julgador: para o Diretor-Presidente, dos atos dos prepostos ou servidores; para a Diretoria-Executiva, dos atos dos Diretores; e para o Conselho de Administração, dos atos da Diretoria Executiva.
- (C) O prazo para interposição dos recursos é de 15 (quinze) dias corridos e será contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão passível de recurso.
- (D) O recurso será interposto por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

35) A Lei Municipal nº 787/2022, ao disciplinar acerca do plano de cargos e salários dos servidores do quadro permanente de provimento efetivo do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI, normatizou que, em relação às férias do servidor, é

- (A) vedada a conversão das férias em dinheiro, ainda que parcialmente.
- (B) autorizada a conversão de 1/3 (um terço) das férias em dinheiro, mediante requerimento do servidor.
- (C) autorizada a conversão de 1/5 (um quinto) das férias em dinheiro, mediante requerimento do servidor.
- (D) autorizada a conversão parcial e/ou integral das férias em dinheiro, mediante requerimento da chefia imediata do servidor interessado.

36) A Instrução Normativa nº 01, de 17 de fevereiro de 2022, institui normas e procedimentos para reavaliação periódica das aposentadorias por invalidez a fim de atestar ou não a permanência da incapacidade laborativa nos termos do § 1º, art. 76 da Lei Municipal nº 366/2009. Considerando essa norma, avalie as assertivas abaixo e marque (V) para Verdadeiro e (F) para Falso.

- () Serão reavaliadas as aposentadorias por invalidez daqueles que possuam menos de 60 (sessenta) anos, no caso de mulher, e menos de 65 (sessenta e cinco) anos, no caso de homem.
- () O processo de reavaliação consiste na atuação de processo administrativo específico em nome do(a) aposentado(a) por invalidez, sendo apensado a este seu processo de aposentadoria.
- () A recusa por parte do(a) aposentado(a) por invalidez em realizar a reavaliação periódica de que trata essa Instrução Normativa ensejará a extinção do pagamento do seu benefício conforme autoriza o § 1º, art. 76 da Lei Municipal nº 366/2009, sendo restabelecido somente após sentença judicial transitada em julgado.
- () Fica a Diretoria Previdenciária autorizada a fazer juntada no processo administrativo de provas que auxiliem a Perícia Médica Oficial a avaliar a permanência ou não da incapacidade laborativa do(a) aposentado(a).

- (A) V – V – V – F
- (B) V – V – F – V
- (C) F – F – F – F
- (D) F – F – V – V

37) De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2022, é CORRETO afirmar:

- (A) Serão reavaliadas as Aposentadorias por Incapacidade Permanente daqueles que possuam mais de 60 (sessenta) anos de idade considerando o limite para recondução nos termos do art. 28 da Lei Municipal nº 011/1997.
- (B) A Reavaliação periódica das Aposentadorias por Incapacidade Permanente será anual.
- (C) Compete única e exclusivamente ao Médico do Trabalho do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI atestar, através de Laudo Médico Oficial, a permanência ou não da incapacidade laborativa que justificou a concessão da aposentadoria, não sendo permitida a alteração do Laudo Médico Oficial que atestou a incapacidade laborativa.
- (D) Nos casos em que a Perícia Médica Oficial ateste através de Laudo Médico Oficial que o(a) aposentado(a) não está mais incapacitado(a) para o trabalho, indicando seu retorno ao serviço, será garantido ao(à) aposentado(a) o direito à ampla defesa e ao contraditório dentro do processo administrativo.

38) A Instrução Normativa nº 02 DE 2023 instituiu os Livros de Registro do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI, considerando a necessidade do Instituto de perenizar altos padrões de organização de suas atividades. Assim sendo, marque a opção INCORRETA sobre o tema.

- (A) Os Livros de Registro são o instrumento para realização de registro das ocorrências que envolvam os servidores do Instituto ou que ocorram em sua sede ou local sob sua guarda e domínio.
- (B) O Livro de Registro Externo é destinado a registrar as ocorrências que envolvam atendimento ao público, sejam elas presenciais, por telefone, WhatsApp, e-mail ou qualquer outro meio de comunicação.
- (C) O Livro de Registro Interno é destinado a registrar as ocorrências internas que envolvam os servidores do quadro de provimento efetivo, sendo indispensável a participação do Chefe de Protocolo e Arquivo durante o processo de registro.
- (D) O não registro das ocorrências será considerado omissão punível nos termos da legislação em vigor.

39) Considerando o disciplinado no Estatuto do Servidor do Município de Seropédica/RJ, no Capítulo II “Do Processo Administrativo”, especificamente na Seção III “Do Processo Disciplinar”, marque a opção INCORRETA.

(A) O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar as responsabilidades do funcionário por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação imediata com as atribuições do cargo em que se encontra investido. Esse processo será conduzido por comissão composta de 3 (três) funcionários estáveis designados pela autoridade competente que indicará, entre eles, o seu presidente, não podendo participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

(B) A comissão de inquérito exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração.

(C) O processo disciplinar poderá ser revisto, em até 05 (cinco) anos, a pedido, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

(D) O inquérito administrativo será contraditório, assegurada ao acusado a ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

40) Nos termos das disposições normativas da Lei Orgânica do Município de Seropédica/RJ, especialmente sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Seropédica e o Regime de Previdência Complementar, marque a opção INCORRETA.

(A) O regime próprio de previdência do Município de Seropédica deverá observar, entre outras questões dispostas na Legislação, que os recursos do regime próprio de previdência social não poderão ser aplicados na concessão de empréstimos a seus segurados.

(B) O regime próprio de previdência do Município de Seropédica deverá observar, entre outras questões dispostas na Legislação, que o rol de benefícios do regime próprio de previdência social fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte.

(C) O regime próprio de previdência do Município de Seropédica deverá observar, entre outras questões dispostas na Legislação, que o equilíbrio financeiro e atuarial do regime próprio de previdência social deverá ser comprovado por meio de garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das despesas projetadas, apuradas atuarialmente, que, juntamente com os bens, direitos e ativos vinculados, comparados às obrigações assumidas, evidenciem a solvência e a liquidez do plano de benefícios.

(D) O regime próprio de previdência do Município de Seropédica deverá observar, entre outras questões dispostas na Legislação, que a instituição do regime de previdência complementar deverá ocorrer no prazo máximo fixado em normas federais, observando as normas da Lei Orgânica do Município de Seropédica/RJ sobre o tema.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

41) Além dos regimes básicos da previdência, sabe-se que existem os regimes de previdência complementares. Tais regimes são de ingresso facultativo e em plano de capitalização, possuindo como característica comum o fato de que resultam na formação de fundos, nos quais as contribuições de cada segurado são utilizadas para a concessão de seus futuros benefícios.

Nesse sentido, os referidos regimes complementares podem ser abertos ou fechados. Por essa razão, considerando as disposições aplicáveis ao tema, marque a opção CORRETA.

(A) Considerando a natureza jurídica dos regimes complementares, e sua aplicação, eminentemente, pública, é inaplicável o Código de Defesa do Consumidor às entidades abertas e entidades fechadas de previdência complementar.

(B) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas.

(C) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.

(D) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades fechadas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades abertas.

42) A Previdência Social se apresenta como um subsistema, dentro do sistema da Seguridade Social. Assim sendo, todo sistema e/ou subsistema de normas jurídicas possui em sua composição sistêmica normas-regras e normas-princípios. Os princípios previdenciários possuem o condão de nortear, direcionar e embasar todo esse subsistema.

Dessa forma, o princípio que preza pela manutenção da salubridade do fundo previdenciário, objetivando a necessidade de se manter um equilíbrio entre o ingresso de recursos e as despesas decorrentes do pagamento de benefícios, realizando uma análise estática da situação momentânea da previdência, e ainda, uma análise da conjuntura social e das tendências de futuros cenários, que conseqüentemente irão repercutir na previdência, é denominado:

(A) Princípio da Seletividade e Distributividade na Prestação dos Benefícios.

(B) Princípio do Equilíbrio Financeiro e Atuarial.

(C) Princípio da Automaticidade das Prestações.

(D) Princípio da Gestão Bipartite.

43) Considere que em determinado Regime Próprio de Previdência Social foi normatizado que a constituição de novo casamento ou união estável pelo beneficiário (ex-cônjuge ou ex-companheiro) de benefício de pensão por morte cessa a percepção desse benefício. Em relação a essa regra, é CORRETO afirmar:

(A) Trata-se de norma que afronta as regras do Regime Geral de Previdência Social, portanto, inconstitucional.

(B) Em que pese haver tal previsão normativa, a jurisprudência é pacífica ao entender que essa é a regra aplicável tanto no Regime Geral de Previdência Social, quanto nos Regimes Próprios de Previdência Social, mesmo quando não houver disposição expressa.

(C) Se do novo casamento não resultar melhora da situação econômico-financeira do beneficiário, de modo a tornar dispensável o benefício, não se extingue o direito à pensão previdenciária.

(D) Possuirá aplicação plena e incondicionada, considerando a autonomia do ente para disciplinar seu Regime Próprio de Previdência Social e por se tratar de verba de natureza acessória.

44) No Regime Próprio de Previdência Social dos servidores do Município de Seropédica/RJ é realizado, de forma compulsória, mensalmente, um desconto da remuneração dos servidores, mediante a aplicação de um percentual previsto em lei, para custear o referido Regime de Previdência. Sobre a aplicação desse percentual (alíquota), marque a opção CORRETA.

(A) No âmbito do Município de Seropédica/RJ, a Emenda à Lei Orgânica nº 20 de 2022 reformou a Previdência Municipal, positivando diversas normas, dentre as quais dispôs que até que entrasse em vigor Instrução Normativa do SEROPREVI que alterasse a alíquota da contribuição previdenciária dos servidores ativos, aposentados e pensionistas, esta seria de 14% (quatorze por cento).

(B) A alíquota de contribuição previdenciária é devida pelos aposentados e pensionistas dos Poderes Executivo e Legislativo do Município, excluída suas fundações, incidindo sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadoria e de pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Próprio de Previdência Social, hipótese em que será considerada a totalidade do valor do benefício para fins de definição da base de cálculo aplicável.

(C) O Município não poderá estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui *deficit* atuarial a ser equacionado, hipótese em que a alíquota não poderá ser inferior às alíquotas aplicáveis ao Regime Geral de Previdência Social.

(D) O Município não poderá estabelecer alíquota inferior à da contribuição dos servidores da União, exceto se demonstrado que o respectivo regime próprio de previdência social não possui *deficit* atuarial a ser equacionado, sendo considerada como ausência de *deficit* a implementação de segregação da massa de segurados ou a previsão em lei de plano de equacionamento de *deficit*.

45) Dentro do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a contribuição patronal pode ser CORRETAMENTE conceituada como:

(A) A contribuição previdenciária devida pelo ente público ao seu respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em decorrência da sua condição de empregador.

(B) A contribuição previdenciária devida pelo servidor ativo ao seu respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em decorrência da sua condição de segurado.

(C) A contribuição previdenciária devida pelo pensionista ao seu respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em decorrência da sua condição de beneficiário.

(D) A contribuição previdenciária devida pelo aposentado ao seu respectivo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) em decorrência da sua condição de segurado.

46) O Código Penal, ao dispor acerca de “Crime continuado”, em seu artigo 71, positivou: “Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.”. Neste sentido, considerando a aplicação de sanção dentro de um processo administrativo disciplinar, marque a opção CORRETA.

(A) É possível a aplicação analógica da teoria da continuidade delitiva (Código Penal, art. 71), em processo administrativo.

(B) É inaplicável, ainda que por analogia, a teoria da continuidade delitiva (Código Penal, art. 71), em processo administrativo.

(C) A sequência de várias infrações de mesma natureza, apurados em uma única autuação, só possuirá natureza de continuidade delitiva se houver norma expressa, no âmbito do ente sancionador.

(D) A teoria da continuidade delitiva (Código Penal, art. 71) em processo administrativo sancionador será inaplicável quando a legislação setorial específica, no âmbito do ente sancionador, rejeitar expressamente a aplicação dessa teoria, visto que o juiz pode decidir com base em analogia apenas nos casos em que a lei for omissa.

47) Conforme Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu art. 194. “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.”.

Considerando os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social, marque a opção CORRETA.

(A) O direito à saúde e à assistência social possuem caráter contributivo.

(B) Todos os direitos assegurados pela Ordem Social possuem caráter contributivo e financiamento exclusivo da União.

(C) A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de contribuições sociais positivadas legalmente.

(D) Todos os direitos assegurados pela Ordem Social possuem caráter não contributivo, visto que são modalidades de proteção social de caráter universal.

48) O art. 37, § 1º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dispõe: “A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.”. Descumprir tal mandamento importa em:

(A) Ato de improbidade, que causa danos ao erário, prescindindo a configuração de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para ser passível de sancionamento e depende do reconhecimento da produção de danos ao erário ou de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

(B) Ato de improbidade, *sui generis*, independente de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para ser passível de sancionamento.

(C) Ato de improbidade, que viola princípios, independente de dolo, exigindo-se lesividade relevante ao bem jurídico tutelado e reconhecimento da produção de danos ao erário, para ser passível de sancionamento.

(D) Ato de improbidade, que viola princípios, exigindo-se lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para ser passível de sancionamento e independe do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

49) João possui 17 (dezessete) anos e foi emancipado voluntariamente por seus pais, por meio de instrumento público, cumprindo todas as exigências necessárias para tanto. Após cumprir sua jornada de trabalho, João resolveu sair para encontrar alguns amigos, dirigindo veículo automotivo. Durante o trajeto colidiu com um automóvel de propriedade do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Seropédica – SEROPREVI, o qual se encontrava devidamente estacionado em local permitido.

Considerando esse caso, acerca da Responsabilidade Civil, marque a opção CORRETA.

(A) Considerando a qualidade de menor emancipado, não existe responsabilidade civil dos pais pelo ato ilícito praticado por seu filho menor, de modo que João responderá, exclusivamente, pelos danos causados ao ente público.

(B) Considerando a Responsabilidade Civil objetiva dos agentes públicos, bem como a Teoria da Imputação Volitiva, o agente responsável pelo automóvel do ente público, no momento da colisão, será responsável por reparar o dano ao ente público, com direito de ação de regresso contra o menor emancipado.

(C) Exclui-se a responsabilidade civil dos pais pelo evento danoso, visto que o menor, além de emancipado, exerce atividade profissional.

(D) Considerando o caso de emancipação voluntária, não há exclusão da responsabilidade civil dos pais pelo ato praticado pelo seu filho menor, respondendo o menor e os pais solidariamente pelos danos causados ao ente público.

50) No Direito Tributário se reconhece a dação em pagamento como uma forma de extinção do crédito tributário. Nesse sentido, a dação em pagamento é configurada quando o ente público, possuidor do crédito tributário, concorda em receber do devedor (sujeito passivo) algo diferente de dinheiro. Nesse sentido, marque a opção CORRETA.

(A) É possível a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

(B) É possível a dação em pagamento em bens móveis, na forma e condições estabelecidas em lei.

(C) Em regra, é vedada a dação em pagamento em bens imóveis, sendo possível, apenas, quando lei local do ente público possuidor do crédito tributário legislar prevendo expressamente tal modalidade de dação em pagamento.

(D) Em regra, é vedada a dação em pagamento de bens móveis, sendo possível, apenas, quando a lei local específica de licitação, do ente público possuidor do crédito tributário, legislar prevendo expressamente a aquisição de bens por meio de dação em pagamento proveniente de crédito tributário.

51) É notório e de cognição pacífica que os princípios embasam e se apresentam como sustentáculo de todo um sistema em que estão inseridos. Para além das reiteradas e diversas conceituações dos princípios, importante ressaltar seu papel não apenas de mandado de otimização, mas seu aspecto normativo, o qual externa imposições a serem observadas e seguidas pelos destinatários da norma. Nesse espeque, a atividade administrativa se pauta por diversos princípios. Um dos princípios caríssimos à Administração Pública é o denominado “Princípio da Sindicabilidade”, o qual é conceituado CORRETAMENTE como:

- (A) A garantia ao servidor público civil do direito à livre associação sindical.
- (B) A impossibilidade de o servidor público civil filiar-se ou manter-se filiado a sindicato.
- (C) A possibilidade de submeter qualquer lesão ou ameaça de lesão a direito, decorrente de atos da Administração, a algum tipo de controle, tanto pela Administração que editou o ato quanto pelo Poder Judiciário.
- (D) A existência do dever de subordinação entre órgãos e agentes públicos, no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.

52) Sabe-se que o Processo Administrativo Disciplinar (PAD) se destina à apuração de eventuais condutas ilícitas praticadas por servidores públicos. Nesse diapasão, o citado processo possui etapas ou fases específicas, como instauração, instrução, defesa, relatório, julgamento. Considerando esse processo administrativo, marque a opção CORRETA.

- (A) É obrigatória a presença de advogado em todas as fases do processo administrativo disciplinar.
- (B) Independente de previsão legal, é necessária a intimação de servidor público após a apresentação do relatório final em processo administrativo disciplinar.
- (C) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.
- (D) A ausência de intimação do acusado em qualquer fase do PAD, bem como a falta de defesa técnica são causas de prejuízo presumido, pois atentam contra os princípios do contraditório e ampla defesa (defesa técnica e a autodefesa ou defesa pessoal).

53) Sabe-se que a Execução fiscal é o procedimento que a Administração Tributária utiliza para a cobrança judicial dos créditos inscritos em dívida ativa. Considerando esse tema, marque a opção CORRETA.

- (A) Não é cabível mandado de segurança contra decisão proferida em execução fiscal no contexto do art. 34, da Lei 6.830/80.
- (B) Das decisões judiciais proferidas no âmbito do art. 34, da Lei 6.830/80, são oponíveis somente embargos infringentes.
- (C) Das decisões judiciais proferidas no âmbito do art. 34, da Lei 6.830/80, são oponíveis somente embargos de declaração.
- (D) Não é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida em execução fiscal no contexto do art. 34, da Lei 6.830/80, pois não é cabível recurso extraordinário contra decisão proferida por juiz de primeiro grau nas causas de alçada, ou por turma recursal de juizado especial cível e criminal.

54) O Código de Processo Civil, em seu art. 994, elenca as espécies de recursos cabíveis, dentre os quais, tem-se os “embargos de declaração”. Considerando a mencionada espécie recursal, marque a opção CORRETA.

- (A) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e não interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- (B) Os embargos de declaração interrompem o prazo apenas para a interposição de recursos, não sendo permitido conferir interpretação extensiva ao artigo 1.026 do Código de Processo Civil, para estender o significado de recurso para as demais defesas previstas no processo de execução.
- (C) Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de qualquer defesa do devedor, incluindo a impugnação ao cumprimento de sentença.
- (D) A eficácia da decisão monocrática ou colegiada não poderá ser suspensa pelo respectivo juiz ou relator, ainda que demonstrada a probabilidade de provimento do recurso ou, sendo relevante a fundamentação, se houver risco de dano grave ou de difícil reparação.

55) A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Especificamente, em seu art. 54, preceitua: “O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.”. Considerando esse poder de autotutela da administração, marque a opção CORRETA.

- (A) É inconstitucional lei estadual ou municipal que estabeleça prazo decadencial diverso do estipulado no art. 54 da Lei nº 9.784/1999 para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública, pois é competência privativa da União dispor sobre o tema.
- (B) É constitucional lei estadual ou municipal que estabeleça prazo decadencial maior do estipulado no art. 54 da Lei nº 9.784/1999 para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública.
- (C) É constitucional lei estadual ou municipal que estabeleça prazo decadencial diverso do estipulado no art. 54 da Lei nº 9.784/1999 para anulação de atos administrativos reputados inválidos pela Administração Pública, pois a forma federativa de Estado adotada pela Constituição não admite que seja editada uma lei nacional sobre processo administrativo, razão pela qual cada ente possui autonomia para estruturar a sua organização e a sua forma de atuação (art. 25, CF/88).
- (D) A Lei nº 9.784/99, especialmente no que diz respeito ao prazo decadencial para a revisão de atos administrativos no âmbito da Administração Pública federal, pode ser aplicada, de forma subsidiária, aos estados e municípios, se inexistente norma local e específica que regule a matéria.

56) A requisição administrativa, prevista no artigo 5º, XXV da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 constitui uma intervenção autoexecutória, em que o Estado se utiliza de bens imóveis, móveis e de serviços no caso de iminente perigo público. Todos os entes federados podem se valer das requisições administrativas. A título de exemplo, o art. 15, XIII, da Lei 8.080/1990 trata da requisição no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), dispondo: “para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização.”. Considerando o pacto federativo e a organização do Estado Brasileiro, marque a opção CORRETA.

(A) A requisição administrativa exposta no enunciado da questão pode recair sobre bens e serviços de outros entes federativos, desde que haja a justa indenização.

(B) A requisição administrativa exposta no enunciado da questão pode recair sobre bens e serviços de outros entes federativos, não sendo devida indenização, com base na imunidade tributária.

(C) Ofende o princípio federativo a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa (art. 136, § 1º, inciso II, da CF) e estado de sítio (art. 139, inciso VII, da CF).

(D) No tocante aos entes federativos, suas relações se caracterizam pela cooperação e verticalidade, de modo que a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro não fere a autonomia desse ente, visto que os bens públicos estão vocacionados ao atendimento de uma finalidade pública e que o pressuposto único indispensável para a requisição é justamente esse.

57) O CTN dispõe em seu art. 136 que: “salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.”. Em relação à responsabilidade por infrações, marque a opção CORRETA.

(A) A responsabilidade não é excluída pela denúncia espontânea da infração, ainda que haja o pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

(B) O instituto da denúncia espontânea (art. 138 do CTN) não se aplica nos casos de parcelamento de débito tributário.

(C) Considera-se espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização relacionados com a infração.

(D) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, inclusive quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego.

58) Sabe-se que Arras ou sinal representam aquilo que é entregue como garantia de um negócio jurídico. Nesse sentido, marque a opção INCORRETA sobre o instituto jurídico exposto.

(A) Podem ser dadas em dinheiro ou em bens móveis. Existindo as Arras Confirmatórias e Arras Penitenciais.

(B) Se, por ocasião da conclusão do contrato, uma parte der à outra, a título de arras, dinheiro ou outro bem móvel, deverão as arras, em caso de execução, ser restituídas ou computadas na prestação devida, se do mesmo gênero da principal.

(C) Se no contrato for estipulado o direito de arrependimento para qualquer das partes, as arras ou sinal terão função unicamente indenizatória. Neste caso, quem as deu perdê-las-á em benefício da outra parte; e quem as recebeu devolvê-las-á, mais o equivalente. Em ambos os casos não haverá direito a indenização suplementar.

(D) As Arras Confirmatórias dependem de previsão expressa no contrato, não admitindo arrependimento contratual e por esta razão não permitindo indenização suplementar.

59) Considerando o tema: “extinção dos contratos”, marque a opção CORRETA.

(A) É vedada a Resilição unilateral.

(B) A Resilição deriva do inadimplemento.

(C) A Resolução é a extinção do contrato pela execução por um dos contratantes de maneira voluntária.

(D) A Resolução é a extinção do contrato pela inexecução por um dos contratantes de maneira voluntária, involuntária ou onerosidade excessiva (teoria da imprevisão).

60) Os embargos à execução são uma ação autônoma prevista nos art. 914 a 920 do Código de Processo Civil, constituindo matéria relevante dentro das espécies de execução. Nesse sentido, marque a opção CORRETA.

(A) Nos embargos à execução, o executado poderá alegar, dentre outras previsões legais, qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento.

(B) Cabem embargos à execução contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; suprir omissão de ponto ou questão sobre o que devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; corrigir erro material.

(C) No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de trinta por cento do valor em execução, acrescido de custas e de honorários de advogado, o executado poderá requerer que lhe seja permitido pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Contudo, a opção por esse parcelamento não importa renúncia ao direito de opor embargos.

(D) Não há excesso de execução quando ela recai sobre coisa diversa daquela declarada no título.

INSTRUÇÕES PARA A PROVA DE REDAÇÃO

- A Folha de Textos Definitivos da Prova de Redação será o único documento válido para a avaliação desta. O espaço reservado no caderno de provas para rascunho é de preenchimento facultativo e não valerá para tal finalidade.
- A Prova de redação constará de Texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrito formal da língua portuguesa sobre tema da atualidade, contendo no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas efetivamente escritas.
- A Folha de Textos Definitivos não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de anulação da Prova de Redação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da prova.
- A Folha de Textos Definitivos não será substituída por erro de preenchimento do candidato.
- A Folha de Textos Definitivos conterá um cartão numerado e destacável, onde deverá ser feita a assinatura do candidato, de modo a não o identificar. Este cartão numerado será destacado pelo aplicador da prova e depositado em envelope próprio, fornecido pelo Instituto Referência.

O que é Consumismo?

Escrito por Daniela Diana (Professora licenciada em Letras)
<https://www.todamateria.com.br/o-que-e-consumismo/>

O **Consumismo** é o ato que está relacionado ao consumo excessivo, ou seja, à compra de produtos ou serviços de modo exagerado.

O consumismo é característico das sociedades modernas capitalistas e da expansão da globalização.

Ele está inserido na denominada: “Sociedade do Consumo”, onde ocorre o consumo massivo e desenfreado de bens e serviços que visa, sobretudo, ao lucro das empresas e ao desenvolvimento econômico.

Essa postura consumista surgiu a partir da Revolução Industrial no século XVIII, de forma que os processos industriais possibilitaram o aumento da produção e, conseqüentemente, do consumo de produtos.



Shopping em Istambul (Turquia), um dos Ícones do Consumo

Os termos “consumo” e “consumismo” são distintos. O primeiro está associado ao ato de consumir, necessário a todos os seres humanos. Já o segundo está associado à patologia, na medida em que remete ao consumo excessivo e alienado, ou seja, denota uma perturbação mental.

De tal maneira, todas as pessoas inseridas no mundo atual são consumidoras, no entanto, os consumistas levam esse ato ao extremo, comprando deliberadamente diversas coisas das quais geralmente não necessitam.

O marketing das empresas e as mensagens publicitárias veiculados nas mídias têm gerado uma população consumista e alienada. Ou seja, que impossibilita os indivíduos de terem pensamentos e ações próprias, os quais são diretamente influenciados pelos modelos e padrões de vida reproduzidos pelos meios de comunicação de massas (televisão, jornais, revistas, internet, etc.).

Isso trouxe diversos problemas para as sociedades modernas, por exemplo, o desenvolvimento de doenças relacionadas ao consumo, o sentimento de impotência dos consumidores, enfim, a insatisfação do homem que, todavia, não é suprida pelo consumo.

Dessa forma, o ser humano busca a felicidade no “ter coisas” ao invés de “ser”. Isso nos leva a pensar nos estereótipos desenvolvidos pelas sociedades modernas. Ele identifica diversos padrões e pré-conceitos sobre alguma imagem. Por exemplo, quando vemos uma pessoa mal vestida, associamos à sua falta de dinheiro e bens, o que pode ser o contrário.

Diante do exposto acima, com base em suas leituras e em seus conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo com o tema:

Alienação e Consumo

OBS.: Dê um título a seu texto. Respeite o limite mínimo de 20 linhas.

1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8.	
9.	
10.	
11.	
12.	
13.	
14.	
15.	
16.	
17.	
18.	
19.	
20.	
21.	
22.	
23.	
24.	
25.	
26.	
27.	
28.	
29.	
30.	



CADERNO DE PROVA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

1 - Você recebeu do fiscal o material descrito abaixo:

a) Cartão destinado às respostas das questões formuladas na prova;

- Ao receber o Cartão de Respostas, é obrigação do candidato **conferi-lo e assiná-lo**.
- O Cartão de Respostas não poderá ser rasurado, amassado, manchado ou ser feito uso de lápis, borracha ou corretivo e, em nenhuma hipótese, será substituído e terá que ser obrigatoriamente assinado, pelo candidato no local determinado, sob pena de não ser válido para leitura e atribuição de nota.

b) Caderno de prova contendo **60 questões**, cada um apresentando 4 (quatro) opções A, B, C e D sem repetição ou falha que impeça a resolução da questão, tendo no título o nome do cargo ao qual você concorre.

- Confira no material recebido: a sequência da numeração das questões, a paginação (inclusive página em branco) e se o cargo escolhido está correto. Se houver alguma irregularidade, comunique ao fiscal imediatamente. Caso o fiscal não seja avisado, a responsabilidade é do candidato.

2 - A duração das provas será de 4 (quatro) horas.

3 - A maneira correta de marcar o Cartão de Respostas é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta (tinta fixa), fabricada de material transparente, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.

4 - Formas diferentes de marcação farão com que o Cartão de Respostas seja rejeitado pelo processo de correção eletrônica.

5 - Não serão registradas as questões em que houver: falta de nitidez na marcação e marcação de mais de uma opção.

ATENÇÃO: Cartão de Respostas sem assinatura não tem validade.

6 - O candidato só poderá sair levando o Caderno de prova quando faltar 1 (uma) hora para o término da prova. O candidato que se retirar antes de cumprido esse prazo estará abrindo mão voluntariamente do direito de posse de seu Caderno de prova.

7 - O candidato que se retirar antes do prazo mínimo que lhe permita levar seu Caderno de prova, poderá apenas copiar sua marcação de respostas em seu Cartão de Convocação da Prova (CCP). Não será admitido qualquer outro meio para anotação deste fim.

8 - Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer juntos na sala, sendo somente liberados quando o último deles tiver concluído a prova.

9 - Quando terminar, entregue ao fiscal o Cartão de Respostas assinado, em seguida assine a lista de presença.

INFORMAÇÕES

- **Tel.:** (22) 3056-7910 das 09h às 12h / 14h às 17h
- **Internet:** www.institutoreferencia.org.br
- **E-mail:** contato@institutoreferencia.org.br

